



27133657



08084.004959/2023-48



Ministério da Justiça e Segurança Pública  
Secretaria-Executiva  
Coordenação-Geral de Contabilidade

DESPACHO Nº 36/2024/CGCONTAB/SPO/SE

Destino: **SPO**

Assunto: **Gestão de Contratos: Aquisição ou Contratação**

1. Trata-se de resposta a OFÍCIO Nº 212/2024/SAA/SE/MJ (27096450) que solicita esclarecimento sobre a aferição do benefício da desoneração de empresa que exerce atividade de *call center*. A Subsecretaria de Administração (SAA) questiona qual a referência para fins de aferição do benefício da desoneração de empresa que exerce atividade de *call center*:

*"5. Com efeito, considerando que trata-se de uma questão eminentemente técnica, a área de licitações solicitou o encaminhamento do presente processo à unidade de contabilidade desta Pasta, para esclarecer se, para fins de aferição do benefício da desoneração de empresa que exerce atividade de call center, deverá ser considerada a receita bruta decorrente:*

*a) Do último ano-calendário, no caso, o ano de 2022; ou*

*b) Dos 12 (doze) meses imediatamente anteriores a cada trimestre-calendário."*

2. Nesse contexto, vale frisar a [Instrução Normativa RFB nº 2053, de 06 de dezembro de 2021](#), que dispõe sobre a Contribuição Previdenciária sobre a Receita Bruta (CPRB) destinada ao Regime Geral de Previdência Social (RGPS), devida pelas empresas que exercem as atividades econômicas relacionadas nos Arts. 7º e 8º da [Lei nº 12.546, de 14 de dezembro de 2011](#). A IN em questão estabelece que a periodicidade de seu reconhecimento deve ser apurado conforme os critérios estabelecidos para a Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins):

*"Art. 3º A CPRB poderá ser apurada mediante utilização dos mesmos critérios adotados na legislação que dispõe sobre a Contribuição para o Programa de Integração Social e de Formação do Patrimônio do Servidor Público (Contribuição para o PIS/PASEP) e a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) **para fins de reconhecimento de receitas no tempo** e para o diferimento do pagamento dessas contribuições."*

3. A [Lei nº 9.715, de 25 de novembro de 1998](#), por sua vez, informa a apuração mensal para o PIS/PASEP:

*"Art. 2º **A contribuição para o PIS/PASEP será apurada mensalmente:***

*I - pelas pessoas jurídicas de direito privado e as que lhes são equiparadas pela legislação do imposto de renda, inclusive as empresas públicas e as sociedades de economia mista e suas subsidiárias, com base no faturamento do mês;"*

4. Já a [Lei nº 10.833, de 29 de dezembro de 2003](#), ao tratar da cobrança não-cumulativa da Cofins, estabelece:

*"Art. 1º A Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - Cofins, com a incidência não cumulativa, **incide sobre o total das receitas auferidas no mês pela pessoa jurídica**, independentemente de sua denominação ou classificação contábil. "*

5. Ademais, ressalta-se que o recolhimento da CPRB também deve ocorrer em periodicidade mensal, conforme [IN RFB nº 2.053/2021](#):

*"Art. 5º A CPRB deverá ser:*

*(...)*

*III - recolhida mediante utilização de Documento de Arrecadação de Receitas Federais (Darf) até o dia 20 (vinte) do **mês subsequente ao da competência** em que se tornar devida."*

*(...)"*

6. Nessa linha, por vezes as legislações que tratam de tributos ou de finanças públicas, lançam mão do critério de análise de meses imediatamente anteriores para a apuração de alguma alíquota ou base de cálculo específica como se observa a seguir:

[Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006](#) (Simples Nacional):

*"Art. 18, § 1º Para efeito de determinação da alíquota nominal, o sujeito passivo utilizará a **receita bruta acumulada nos doze meses anteriores ao do período de apuração.**"*

[Lei Complementar nº 101, de 4 de maio de 2000](#) (Lei de Responsabilidade Fiscal):

*"Art. 2º, § 3º A receita corrente líquida será apurada somando-se as receitas arrecadadas **no mês em referência e nos onze anteriores**, excluídas as duplicidades."*

[Lei nº 11.774, de 17 de setembro de 2008](#):

*"Art. 14, § 1º Para fins do disposto neste artigo, devem-se considerar as **receitas auferidas nos 12 (doze) meses imediatamente anteriores a cada trimestre-calendário.**"*

7. Não existe, portanto, na legislação relativa à CPRB, um critério específico para a análise de custo, tendo em vista não ser sua finalidade.

8. Logo, partindo de uma análise de formação de preços, é interessante que os custos reflitam a situação mais atual da entidade. Ao se considerar a análise de 12 (doze) meses que antecedem uma proposta, do ponto de vista contábil-gerencial, tem-se uma informação mais fidedigna e mais tempestiva por refletir o atual cenário econômico da entidade que pleiteia realizar o contrato.

9. Essa prática vai ao encontro das normas de contabilidade no que se refere ao reconhecimento da informação contábil. As características de fidedignidade e tempestividade da informação contábil são objeto de pronunciamento técnico do Comitê de Pronunciamentos Contábeis, que tem como objetivo *"(...) o estudo, o preparo e emissão de Pronunciamentos Técnicos, suas interpretações e orientações sobre procedimentos de contabilidade societária e a divulgação de informações dessa natureza, para permitir a emissão de normas pelas entidades reguladoras brasileiras, visando à uniformização do seu processo de produção, levando sempre em conta a convergência da contabilidade brasileira aos padrões internacionais"*. O [PRONUNCIAMENTO TÉCNICO CPC 00 \(R2\)](#) esclarece:

*"2.4 Se informações financeiras devem ser úteis, elas devem ser relevantes e representar fidedignamente aquilo que pretendem representar. A utilidade das informações financeiras é aumentada se forem comparáveis, verificáveis, tempestivas e compreensíveis.*

*(...)*

*2.13 Para ser representação perfeitamente fidedigna, a representação tem três características. Ela é completa, neutra e isenta de erros. Obviamente, a perfeição nunca ou raramente é atingida. O objetivo é maximizar essas qualidades tanto quanto possível.*

*(...)*

*2.33 Tempestividade significa disponibilizar informações aos tomadores de decisões a tempo para que sejam capazes de influenciar suas decisões. De modo geral, quanto mais*

*antiga a informação, menos útil ela é. Contudo, algumas informações podem continuar a ser tempestivas por muito tempo após o final do período de relatório porque, por exemplo, alguns usuários podem precisar identificar e avaliar tendências."*

10. Nesse sentido, com base em critérios contábeis para a apresentação e reconhecimento da informação útil, recomenda-se analisar o custo relativo ao impacto da CPRB no contrato levando-se em conta os 12 meses imediatamente anteriores à proposta, pois refletem a realidade mais próxima das finanças da entidade.

Atenciosamente,



Documento assinado eletronicamente por **BRAULIO GOMES LOPES, Chefe do Serviço de Apoio e de Acompanhamento Fiscal**, em 29/02/2024, às 18:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



Documento assinado eletronicamente por **SERGIO RODRIGUES DA SILVA, Coordenador(a)-Geral de Contabilidade**, em 29/02/2024, às 18:57, com fundamento no § 3º do art. 4º do Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://sei.autentica.mj.gov.br> informando o código verificador **27133657** e o código CRC **9BBC4A0E**.  
O trâmite deste documento pode ser acompanhado pelo site <http://www.justica.gov.br/acesso-a-sistemas/protocolo> e tem validade de prova de registro de protocolo no Ministério da Justiça e Segurança Pública.